

# DESENVOLVIMENTO E SOCIOLOGIA HISTÓRICA: ACERCA DA TEORIA DO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA E DA SEMIPERIFERIA\*

CARLOS FORTUNA\*\*

«I was inspired by the analogy with astronomy which purports to explain the laws governing the universe, although (as far as we know) only one universe has ever existed.»

(I. Wallerstein, 1974:7)

## I. INTRODUÇÃO

O trabalho de Immanuel Wallerstein é uma das contribuições mais recentes da chamada Sociologia Histórica do Desenvolvimento. Trata-se de uma tentativa de compreensão da natureza e dos efeitos duradouros de larga escala (sejam eles o mercado, a burocracia, os conflitos sociais, ou a natureza do estado) sobre os processos fundamentais da transformação social. Tal trabalho constitui, para além disso, uma das várias tentativas de explicação do desenvolvimento do capitalismo surgidas no período do pós-guerra. Estas últimas são responsáveis pela verdadeira «revolução» sofrida pela historiografia social moderna dada a forma renovada como voltam a ser formuladas inúmeras preocupações teóricas que a Sociologia se tinha posto no seu longo período de gestação através das interrogações, por exemplo, de Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber.

Não posso concentrar-me aqui na especificação das formas concretas como esta nova geração de interrogações reformula as tentativas «clássicas» de explicação da dinâmica social da civilização ocidental. Os meus objectivos são muito limitados e dedicar-me-ei apenas à apresentação e questionamento da teoria de Wallerstein. Aquela seria uma tarefa monumental a exigir uma análise comparativa detalhada de contribuições geniais como, entre outras, as de Karl Polanyi, Barrington Moore, Charles Tilly ou Perry Anderson. Diga-se apenas que todos estes autores, Wallerstein incluído, são os responsáveis modernos pela *inspiração histórica* da sociologia,

---

\* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Estudos Sociais.

\*\* Versão escrita da comunicação apresentada ao encontro sobre «Teorias do Desenvolvimento/Subdesenvolvimento», Lisboa, CIES/ISCTE, Junho de 1986.

como que a concretizarem os incansáveis apelos de C. Wright Mills, na primeira metade deste século.

Hoje, em que ainda ou cada vez mais, é legítima dúvida sobre se regressamos ao futuro ou avançamos para o passado, pode compreender-se o deslumbramento pela Sociologia Histórica, dada a sua promessa de dissecar a consistência dos nossos modelos do passado, das suas eventuais alternativas e, assim, da validade das nossas escolhas actuais. A par disto, o que parece ser o denominador comum a todos estes renovadores do pensamento sociológico e histórico é o destaque atribuído a análises de grandes escalas espaciais e, como no caso particular de Wallerstein, também de longa duração temporal. Penso que isto se fica a dever ao facto de, com a possível excepção de P. Anderson (o único aliás que não enveredou nunca por uma carreira académica regular), aqueles pensadores se terem confrontado, ao tempo que desenvolveram as suas investigações, com o estruturo-funcionalismo parsoniano, a economia liberal e o determinismo económico marxista. Aplicadas a agendas concretas de investigação universitária sobre as questões do desenvolvimento, estas perspectivas plasmavam-se nos paradigmas dominantes da modernização e, por certo em menor grau, do evolucionismo marxista mecânico. O diálogo com estas correntes tornou-se inevitável. O recurso às grandes análises e teorias sócio-históricas surge, deste modo, como um corolário da necessidade de testar as interpretações oferecidas sobre a realidade da vida social de regiões, estados e mesmo do mundo como um todo, dos seus conflitos, rupturas e continuidades fundamentais.

O caso Wallerstein é exemplar neste aspecto. O seu grande paradigma é uma crítica tanto às teorias da modernização como ao marxismo evolucionista. O seu ponto de partida é a contestação das metodologias adoptadas por aquelas correntes que procuram estabelecer regras gerais a partir de casos particulares, isto é, a partir de «sociedades nacionais». A sua alternativa consiste, em primeiro lugar, em identificar os traços gerais da gestação e funcionamento do sistema social capitalista, para poder depois «descer» ao nível dos casos particulares, e de novo regressar à globalidade capitalista, constituída a partir do «longo» século XVI.

Esta economia mundial capitalista<sup>1</sup>, ao contrário dos «impérios mundiais», constitui, para Wallerstein, um todo integrado economicamente mas não politicamente. O fundamento desta integração económica mundial reside na existência de uma divisão de trabalho singular cujo *modus operandi*, liberto dos controlos políticos exagerados que Wallerstein considera terem estado na origem da degenerescência dos impérios mundiais clássicos, se fortalece e flexibiliza em resultado da larga margem de manobra às suas entidades constitutivas — os estados nacionais.

São várias as implicações metodológicas da estratégia wallersteiniana. A primeira destas implicações diz respeito à superação da antinomia *interno/externo* que tanto sobressai no campo fluido do conhecimento que é a Sociologia do desenvolvimento e que tem vindo a ser alargada a áreas

que, à primeira vista, pareceriam «imunizadas» contra a sua voracidade<sup>2</sup>. Uma das mais vivas expressões deste confronto sobre o carácter endógeno ou exógeno dos factores de transformação social encontra-se no célebre debate dos anos 50 entre M. Dobb e P. Sweezy acerca da transição do feudalismo. Vale a pena recordar o que diz Sweezy:

as forças históricas que são externas a respeito de um dado conjunto de relações sociais são internas em relação a um conjunto de relações mais compreensivas. E foi assim no caso do feudalismo da Europa Ocidental. A expansão do comércio com o concomitante desenvolvimento das cidades e dos mercados foi externo ao modo de produção feudal mas foi interno no que diz respeito a toda a economia europeia mediterrânica» (Sweezy; s.d.: 134).

Se refiro este passo da argumentação de Sweezy é porque aí se formula expressamente a primeira implicação metodológica da teoria do sistema mundial que referi. Para esta teoria não existem externalidades e as comparações possíveis (e desejáveis) são apenas entre especificidades evolutivas e regularidades sistémicas. Não julgo que isto seja uma questão semântica para os teóricos do sistema mundial, mas é antes um corolário da sua interpretação holística do capitalismo, que concebe os casos particulares como variações em redor de tendências centrais.

A segunda implicação metodológica desta grande teoria é a impossibilidade de submeter este sistema social a qualquer *teste comparativo significativo*, pois nenhum outro sistema existiu com tais, ou mesmo aproximadas, dimensão espacial e duração temporal. A analogia astronómica wallersteiniana enuncia o privilégio concedido à análise histórica das leis do funcionamento do capitalismo mundial, o único terreno onde podem frutificar as comparações e as tentativas de conhecimento de um sistema social que, qual universo, é ele próprio um sistema social único<sup>3</sup>.

Em terceiro lugar, na passagem à investigação empírica, e a acrescentar às dificuldades facilmente imagináveis decorrentes da investigação de longo alcance histórico e de larga escala espacial, a teoria tem-se defrontado com diversos obstáculos de índole metodológica. Um deles é o da *medição dos fenómenos*, geralmente feita sob critérios nacionais e, por isso, muitas vezes inadequadas às exigências da análise transnacional. Esta é, principalmente, uma dificuldade de natureza técnica, resultante de sistemas estatísticos uniformizados e globalmente encadeados.

Isto não significa, em quarto lugar, que sejam despossuídos de interesse os estudos sobre *áreas específicas* do globo, estados nacionais ou regiões. A flexibilidade funcional do próprio sistema reconhece às perspectivas mais particularizantes uma autonomia de acção, mesmo que limitada, cujos contornos são de extrema importância para o entendimento da dinâmica sistémica de transformação.

A *antropomorfização dos estados e da regiões* é o que podemos consi-

derar a quinta grande implicação metodológica do modelo teórico de Wallerstein. Este fenómeno diz especialmente respeito a estados e regiões que, pelo seu nível de desenvolvimento e em função da sua margem de manobra política, surgem dotados de uma acção, dir-se-ia, consciente e volitiva, um atributo, como veremos, praticamente inexistente na periferia do sistema.

A discussão da teoria do sistema mundial que me proponho fazer obriga-me a uma breve esquematização, correndo o risco de poder ser algo árido. Logo de seguida tentarei enunciar e comentar algumas críticas mais recorrentes dirigidas a esta teoria (os «estados socialistas» e a teoria «alternativa» dos modos de produção, como contra-evidências da unidade capitalista mundial, a concepção «circulacionista» do capitalismo, e o jogo de forças entre todos os «fortes» e estados «fracos»). Na segunda parte do texto concentrar-me-ei sobre o conceito de semiperiferia, tentando confrontá-lo teoricamente com as concepções de modernização, de dependência e de semi-industrialização. Depois de enunciar o carácter vago das formulações originais de semiperiferia, proporei, de seguida, uma definição que me parece mais operacional para o prosseguimento de uma agenda de investigação sobre este conjunto intermédio de estados nacionais, tentando usar o caso português como ilustração de algumas das hipóteses de trabalho.

## II. ESQUEMATIZAÇÃO CONCEPTUAL DO SISTEMA MUNDIAL

Para os fundadores da perspectiva do sistema mundial capitalista, são as seguintes as suas características estruturais/institucionais:

1. A força geradora e reprodutora do sistema mundial é o *modo de produção capitalista*, entendido como o conjunto de relações estruturadoras da produção de mercadorias com vista à obtenção de lucro no mercado. O carácter abrangente deste modo de produção denota a incorporação no seu seio da totalidade dos diferentes estados nacionais;
2. O funcionamento básico daquele modo de produção processa-se por intermédio da *divisão de trabalho* centrada no eixo centro-periferia. A troca desigual, como foi definida por Emmanuel (1969), continua a ser o principal critério responsável pelos níveis desiguais de apropriação de capital em cada um daqueles pólos da divisão de trabalho. A estes últimos correspondem, para além disto, formas ideal-típicas diferentes de controlo da força de trabalho, enunciando maiores níveis de coerção à medida que se caminha do centro para a periferia;
3. *O sistema interestados* é, pode dizer-se, a superestrutura política da economia mundial capitalista e nele actuam os diferentes estados nacionais em busca contínua da consolidação ou melhoria das suas condições estruturais. Desigualmente equipados, (situação geo-estratégica, poderio militar, alianças privilegiadas, recursos dispo-

níveis, etc.), os diferentes estados nacionais têm reproduzido e aprofundado uma relação histórica de dominação / subordinação quase espraia, por exemplo, do colonialismo ao exercício da *hegemonia* mundial por parte do estado central que em simultâneo, e por oposição aos seus pares, exhibe vantagens comparativas superiores nos domínios económico, comercial, militar e financeiro. Uma questão geralmente incluída na discussão do sistema inter-estados é a da formação / constituição dos estados nacionais em que se destacam processos complexos de descontinuidade política, referentes tanto aos casos paradigmáticos de desintegração de unidades políticas mais ou menos vastas (impérios), como aos casos de aglutinação de espaços político-económicos outrora relativamente autónomos;

4. *A concorrência entre estados centrais* é uma das características básicas sobre que assenta o funcionamento da economia mundial e pela qual se podem identificar períodos, mais ou menos duradouros, de unicentralidade ou de pluricentralidade de poderes. Os primeiros, dizem geralmente respeito a períodos de relativa acalmia internacional, consequência do exercício indisputado de hegemonia por um desses estados (Bousquet, 1980) e estão directamente relacionados com o carácter cíclico do funcionamento da economia mundial. Os segundos, por seu turno, tendem a ocorrer em tempos de vincada disputa internacional;
5. Sobre os *ritmos cíclicos* do funcionamento da economia mundial capitalista, de amplitude variável, a perspectiva do sistema mundial assume como principal referência os ciclos longos de Kondratieff (40 a 60 anos). Às suas diferentes fases (expansão, ou fases A, e retracção, ou fases B) correspondem outras tantas modificações cíclicas das práticas dos diferentes sujeitos actuantes na economia mundial, no intuito de maximizar os benefícios ou minimizar os prejuízos envolvidos em cada uma daquelas fases (Fortuna, 1985). Admite-se que a fases A correspondam ideologias e práticas liberais, em contraste com ideologias nacionalistas e práticas neo-mercantilistas, cujo limite se pode encontrar nas tentativas de desvinculação das regras do mercado mundial, tão típicas dos períodos de retracção;
6. A par destas características, o sistema mundial apresenta um conjunto de *tendências seculares* que apontam justamente para a gradual submissão à sua lógica de funcionamento de espaços geográficos, processos produtivos e recursos humanos e naturais, anteriormente exteriores a essa lógica. Essas tendências são, nomeadamente:
  - a) *incorporação* de territórios (e respectivos recursos) que, geralmente por intermédio da expansão imperialista-colonial foram tornados zonas periféricas da economia mundial;

- b) *mercantilização* contínua dos factores terra, trabalho e recursos naturais;
- c) *mecanização* da generalidade dos processos produtivos, incluindo os processos de produção agrícola.

As reflexões que adiante faremos acerca da teoria do sistema mundial capitalista e das críticas mais pertinentes que lhe são apontadas, bem como as considerações acerca do conceito de semiperiferia, têm subjacente este quadro conceptual. Começarei por apresentar e comentar aquelas áreas de crítica teórica.

### III. TRÊS DIMENSÕES CRÍTICAS DE ANÁLISE

1 — O primeiro aspecto a realçar é o facto de a generalidade dos conceitos utilizados da teoria do sistema serem igualmente utilizados por outros quadros teóricos de referência, nomeadamente pelas diversas análises do desenvolvimento de raiz marxista. Como reconhecem os autores que seguimos nesta síntese, «em si mesmas, poucas destas ideias são novas, mas de certo modo eles são usadas como novos sentidos e estabelecem novas interrelações» (Hopkins, Wallerstein, *et al*, 1982:44). Uma tal recriação conceptual, como julgo ser por exemplo o caso da «redefinição» do modo de produção, do entendimento do sistema interestados e da (re)incorporação dos ritmos cíclicos na análise e política, arrasta consigo implicações metodológicas importantes de que o misto de avanços e bloqueios registados na investigação empírica levada a cabo no quadro teórico do sistema mundial capitalista é apenas um sintoma do conjunto das dificuldades a que já aludi e que resultam da atribuição de «novos sentidos e novas interrelações» a «velhos» conceitos.

Mas que interrelações são estas, pode perguntar-se. Esta questão leva-me a tentar problematizar a teoria do sistema mundial de um outro ângulo. Trata-se agora de saber o que é que, de acordo com aquela teoria, é realmente novo no mundo capitalista moderno e/ou que novos pontos de partida, se alguns, ela nos oferece. Esta é obviamente uma interrogação com fundamento na ideia de estabilidade e permanência evidenciada pelo capitalismo que esta teoria advoga estar já em funcionamento na Europa do século XVI.

Julgo que a primeira nota a fazer-se deverá ser a de que, para Wallerstein, como se depreende do que ficou dito, os processos essenciais do capitalismo terão sofrido muito poucas transformações no decurso do seu funcionamento secular. Longe de supor a estagnação e o imobilismo sistémico, a teoria do sistema mundial chama a atenção para a regularidade processual do sistema que denota muito maior *continuidade histórica* que aquilo a que nas ciências sociais estamos geralmente habituados a admitir (Fortuna, 1982).

A integração dos ritmos cíclicos e das tendências seculares do funcionamento do capitalismo confere a esta construção teórica a visão, por certo subsidiária da de Braudel, da longa duração dos processos sistémicos de transformação, distanciando-a do deslumbramento pela ruptura, pela «crise» e pela revolução, processos geralmente privilegiados por aquilo a que Braudel chamaria a «histoire événementielle», o ritmo das oscilações breves, rápidas e nervosas dos indivíduos<sup>4, 5</sup>.

Um dos argumentos mais repetidos contra a perspectiva longa e globalizante de Wallerstein sobre o capitalismo é o de que este terá sido fragmentado pelos processos socialistas revolucionários e a sua posterior consolidação nas chamadas «sociedades pós-revolucionárias» do Leste Europeu. Para Wallerstein, contudo, o «bloco socialista» não constitui uma autêntica «superação» da economia capitalista ainda que possa representar, ao nível do sistema interestados, uma parte importante do conjunto dos movimentos anti-sistémicos. Como diria,

«estes estados 'socialistas' estão sujeitos às pressões das exigências estruturais da economia mundial no sentido de reduzirem as suas transformações sociais internas. Não constituem de facto economias socialistas, embora as possamos reconhecer como entidades políticas socialistas. Estão também elas enredadas nos dilemas não só da antinomia oferta/procura, mas também do capital/trabalho» (Wallerstein; 1979:280).

Na verdade, a natureza e o significado de longo prazo das relações de propriedade, da «desmercantilização» da força de trabalho e da centralidade do estado (Chase-Dunn, 1980), não parecem ser no sentido da emergência de alguma força económica alternativa ao capitalismo. É aliás nesse sentido que interpreto os argumentos já clássicos de Frank (1977) sobre as relações comerciais dos estados «socialistas» ou da natureza tipicamente capitalística do seu cálculo económico e político (Bettelheim, 1972), aliás «confirmadas» pelas análises mais recentes e pormenorizadas acerca das soluções admitidas para superar os embaraços dos estrangulamentos dos seus mercados internos e dos termos da sua abertura internacional (Kornai, 1983; Nove, 1984). Todos estes argumentos parecem culminar na ideia da integração, por certo cautelosa mas imparável, do conjunto do «bloco socialista», na economia mundial capitalista, onde Wallerstein sempre os integrou. Continua no entanto em aberto a questão do seu lugar estrutural no conjunto do sistema mundial, sabendo-se que Wallerstein lhes atribui uma posição semiperiférica, ainda que combinada, como no caso da União Soviética, com a condição de grande potência (política) mundial.

Isto pode parecer paradoxal apenas se não se considerar o razoável espaço de autonomia política que a teoria do sistema mundial confere aos estados individualmente considerados e em particular, como veremos, aos estados semiperiféricos. É assim que o potencial ou, se se preferir, a «po-

*tencia socialista»* de que fala E. P. Thompson (1978:305-397), não pode fundamentar teoricamente uma *condição* socialista e menos ainda uma alteração estrutural da economia mundial capitalista. Esta aspiração socialista, traduzida na autonomia política de acção daqueles estados, terá atingido o seu auge no período de maior isolacionismo internacional e de desvinculação progressiva da lógica do mercado mundial que, dados os elevados custos sociais, políticos e económicos envolvidos, tende sempre a ser um período relativamente curto e hoje aparentemente chegado ao seu termo, a julgar pelos últimos desenvolvimentos verificados naqueles países, incluindo a República da China.

Nestes termos, não me parece que se possa aceitar como válido o argumento do «bloco socialista» enquanto tendência anti-sistémica manifesta ou novo ponto de partida para se repensar o funcionamento do sistema mundial capitalista.

Por maioria de razão se dirá que não existe um modo de produção ou, mais energicamente, que não existe qualquer outro modo de produção, a não ser enquanto mera pré-figuração de valor mais especulativo (em *potentia*) que teórico, com que o capitalismo mundial se confronte hoje numa luta de sobrevivência. Podemos estar, e estamos certamente, num período de transição, mas de uma transição *dentro* do próprio capitalismo e não deste para qualquer outro sistema, seja ele mundial ou não. O seu termo poderá mesmo ser pensado como poder vir a dever-se mais à luta consigo próprio, pela agudização das suas contradições imanentes, que ao confronto com qualquer outra força exterior à sua lógica dominante. Neste particular, não resisto a citar a mensagem desse analista conservador sofisticado que foi Schumpeter,

«aqueles que verdadeiramente impõem o ritmo do socialismo não são os intelectuais nem os agitadores que o proclamam, mas os Vanderbilts, Carnegies e Rockefellers» (Schumpeter, 1976:134).

Quanto ao sucessor do capitalismo, é a incerteza,

«os capitalistas, ou qualquer outra ordem social, podem evidentemente colapsar ..., contudo, a fénix socialista pode não surgir das suas cinzas. Pode gerar-se o caos...» (*ibid.* 56-7).

No ordenamento evolutivo da ortodoxia marxista, esta questão, como se sabe, parece estar resolvida. Wallerstein (1979:73), contudo, cede à convicção de que provavelmente teremos «um governo socialista mundial», a suceder-se ao capitalismo de hoje o que não deixa de ser surpreendente face à sua recusa teórica em adoptar o determinismo que perpassa várias das conclusões a que chegam muitas das «teorias dos modos de produção».

2 — Mais importante, sem dúvida, é a crítica dirigida ao sistema mun-



dial por este sobrevalorizar as relações mercantis em detrimento das relações de produção (Brenner, 1977) e, concomitantemente, proceder à revisão do conceito de modo de produção, prejudicando deste modo o entendimento perfeito das relações sociais capitalistas, nomeadamente as formas de controlo da força de trabalho (Laclau, 1977). Sem desejar alimentar os termos formalísticos e abstractos em que a discussão sobre a essência do capitalismo tem decorrido nos últimos, quase, trinta anos, desejo porém fazer notar que não me parece que se aplique a acusação de circulacionismo (Adam) smithiano atribuído ao sistema mundial. Parece-me difícil de demonstrar que para Wallerstein sejam as relações comerciais e mercantis que caracterizam a acção dos estados capitalistas, embora aquelas sejam componentes da polarização axial entre centro e periferia e estejam, com efeito, claramente identificadas enquanto tais, em A. Smith (1976, I), mas também em Marx (1967, I, IV). À semelhança deste último, que considera a emergência do capitalismo a partir da circulação de mercadorias e da criação do comércio e do mercado mundiais, Wallerstein sustenta que aquelas relações históricas não deixaram nunca de existir e terão mesmo sido intensificadas dado a mobilidade natural do capital (diferente da sua circulação) depender da criação e intensificação da divisão do trabalho no eixo centro/periferia. No desenrolar deste processo, quer se trate por exemplo da transição do feudalismo ao capitalismo ou da expansão colonial de finais do século passado, o capital mercantil exerceu sempre um papel determinante na consolidação das relações capitalistas de produção. Kay (1975), tal como Brenner e outros autores, mostra-se igualmente disposto a subvalorizar esta acção do capital mercantil com base no argumento de que os seus lucros se restringem à esfera da troca de mercadorias e não à esfera da produção:

«Os comerciantes/mercadores não obtêm os seus lucros através da revolução na produção, mas pelo controlo dos mercados e quanto maior for esse controlo mais alta é a sua taxa de lucro» (Kay; 1975:96).

Não creio que ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo o capital mercantil se tenha remetido alguma vez a uma mera posição expectante na busca de acumular os seus lucros pela via exclusiva da troca de mercadorias<sup>6</sup>. Julgo antes que o controlo dos mercados que se encontra na base do lucro obtido por comerciantes e mercadores implica não só a introdução de produtos, formas e processos produtivos novos, mas também a regularização do fluxo de mercadorias de que depende o seu modo de vida económica. Ambas as atitudes representam uma *revolução* na produção em tudo semelhante àquilo que se supõe serem atributos particulares do capital industrial. Neste particular, a perspectiva do sistema mundial parece-me teórica e historicamente mais adequada pois permite distinguir no seio da unidade económica mundial que é o capitalismo diferentes processos

produtivos, desiguais níveis de exploração e formas variadas de controlo da força de trabalho, sem forçosamente os atribuir à acção de uma ou outra forma de capital. Intimamente associados entre si, estes diferentes processos distribuem-se desigualmente ao longo do eixo centro/periferia e revelam a existência de assimetrias acentuadas, traduzíveis quer no «tipo de produtos que se exporta quer nos níveis de *salários* e nas margens de lucro que se obtêm» (Wallerstein; 1979: 71).

Pode dizer-se que o capital, incluindo o chamado capital mercantil, *produz e combina* estas diferenças constituindo-se, à escala mundial, no modo de produção dominante de organização social da vida económica, ou mesmo,

«no *único* modo, no sentido em que uma vez estabelecido este, os outros «modos de produção» sobrevivem em função da forma como se combinam com o quadro social e político originado pelo capitalismo» (Wallerstein; 1974: 77).

Como não se combinam apenas, mas são também recriadas, estas formas sociais de organização são hoje variadas, como ao tempo da constituição da «nova divisão europeia de trabalho» (Wallerstein; 1974. cao, II). Todas as formas precárias de contrato capital/trabalho de hoje, incluindo a situação limite de trabalho forçado, tão frequente em zonas periféricas de hoje como de ontem, podem ofuscar o entendimento da natureza do capitalismo se entendidas como formas pré-capitalistas de controlo da força de trabalho. A periferia não é pré-capitalista mas uma das componentes essenciais do sistema capitalista. De igual modo, sendo dominante, trabalho assalariado não é um traço definidor exclusivo das relações capitalistas de produção. A combinação destas formas de controlo da força de trabalho não se faz somente através da troca de mercadorias no mercado mundial mas também através da coerção política de estados «fortes» sobre estados «fracos».

Estamos aqui perante uma revisão de Marx porquanto este não atribui ao Estado qualquer envolvimento *directo* na produção, mas tão-só o papel de garante das relações políticas indispensáveis à acumulação. A dar crédito a Burawoy (1985: 246-249), Wallerstein constitui mesmo «a excepção» ao conjunto da literatura do desenvolvimento por ser o único a estabelecer a relação devida entre modos de controlo da força de trabalho e formas de Estado. Com efeito, no *The Modern World-System*, interroga-se sobre

«porquê a existência em simultâneo de diferentes modos de organização da força de trabalho — escravatura, «feudalismo», salarizado, trabalho autónomo — no seio da economia mundial? Porque cada modo de controlo da força de trabalho se adapta melhor a diferentes tipos de produção. E por que se concentram estes modos de controlo em diferentes zonas da economia mundial — es-

cravatura e «feudalismo» na periferia, salariato e trabalho autónomo no centro, da mesma maneira que podemos encontrar as parcerias na semiperiferia? Porque os modos de controlo da força de trabalho afectam claramente o sistema político (em particular o vigor do aparelho de estado) e as possibilidades de florescimento de uma burguesia local» (Wallerstein; 1974: 87).

Admito que esta perspectiva — a de um único modo de produção à escala mundial, capaz de criar, recriar, e não somente de se articular com outras formas, modos e lógicas de produção «pré-capitalistas» — seja a que melhor pode fazer frutificar uma análise do capitalismo mundial moderno. Sem cair no simplismo de McLennan<sup>7</sup>, julgo que a teoria do sistema mundial tem contribuído para reduzir aquilo que chamaria o «princípio físico da incerteza» da teoria dos modos de produção que me parece ampliar o nível da abstracção teórica na sua afanosa tentativa de «aproximação à realidade concreta das sociedades concretas».

É evidente que tanto o centro como a periferia e a semiperiferia têm assistido a reorganizações historicamente significativas dos seus modos de controlo da força de trabalho. Assim, por exemplo, o salariato tornou-se a forma jurídica mais divulgada em todo o sistema mundial. Voltarei a este aspecto a propósito da semiperiferia, bastando dizer agora que enquanto ao centro corresponde a tendência para a generalização da proletarianização, no sentido em que mais vastos sectores do trabalho se encontram sujeitos ao salariato directo ou indirecto (subvenções estatais), na periferia do sistema, a força de trabalho encontra-se ainda tanto em termos absolutos (número de trabalhadores) como em termos relativos (tempo dedicado ao trabalho), numa situação de salariato parcial, sem os níveis sequer comparáveis de «assistência» estatal, dado o reduzido «vigor» do seu aparelho de Estado. À semiperiferia, por outro lado, e a julgar por exemplo pela situação portuguesa, corresponderão idealizadamente formas complexas e combinadas de «*income pulling*» da força de trabalho (Santos, 1985), que não deixarão de reflectir a natureza e o vigor do estado semiperiférico.

3 — As relações estabelecidas entre estados «fortes» e «fracos» e entre estes e os níveis desiguais de apropriação do excedente mundial foi posta em causa, entre outros, por Skocpol (1977). Segundo a autora, estamos perante um argumento reducionista porquanto, para Wallerstein,

«as diferenças de poder e de políticas dos estados em diferentes zonas do sistema mundial explicam-se pelas diferenças dos níveis regionais de apropriação de excedente e, principalmente, pelas formas de que se revestem os interesses das diferentes classes dominantes no sistema mundial (...), sem que se preste atenção a outras variáveis potencialmente importantes, como sejam os padrões institucionais historicamente existentes, as ameaças de re-

voltas populares e as pressões ou as condicionantes geopolíticas (Skocpol; 1977: 1080).

Certamente a pensar nos casos da China, da Rússia e da França, pormenorizadamente trabalhados pela autora noutra lugar (Skocpol, 1979), pretende autonomizar-se o estudo das condições de acumulação e das condicionantes geopolíticas de modo a demonstrar que os casos de maior sucesso são os estados que combinam uma descentralização relativa a uma burguesia mercantil activa. Este é sem dúvida um bom argumento, ainda que se possa perguntar se será o sucesso, verificado em situações particulares, o melhor critério para determinar a natureza do capitalismo enquanto sistema social único.

De facto, são diferentes as capacidades e formas à disposição dos diversos estados, não só para controlar a sua força de trabalho, mas também para restringir a acção das suas classes dominantes, para obstar, condicionar ou promover a transnacionalização do capital, para descentralizar os seus aparelhos, para promover formas ideológicas e simbólicas de controlo social. Numa palavra, são diferentes as capacidades dos estados para obter sucesso na sua estratégia de desenvolvimento. Por isso se poderá admitir a hipótese de existirem estados que são fortes (no centro) relativamente a outros (na periferia). Para ser mais preciso, dever-se-á ter em conta que uns serão mais fortes que outros na relação que mantêm com as várias fracções da sua classe capitalista. Por esta razão, devem ser destacadas as alterações e a dinâmica do sistema mundial como um todo, não nos ficando somente ao nível das sociedades nacionais.

#### IV. SOBRE A SEMIPERIFERIA

«what is a metaphor? Much more than a simple grammatical construction or figure of speech. Metaphor is a way of knowing.»

(R. Nisbet; 1969:4)

Como procurei mostrar atrás, a proposta teórica de Wallerstein tem como ponto de partida a elaboração de um quadro analítico geral que permita acautelar o estudo da realidade social dos vícios tanto da historicidade desenvolvimentista como da especificidade histórica exagerada. Tal proposta representa, como ficou explícito, uma recriação dos processos metodológicos correntes na generalidade dos estudos sobre o desenvolvimento. A perspectiva do sistema mundial identifica, primeiramente, as regularidades históricas e só depois as especificidades de menor escala, nomeadamente os estados nacionais, integrantes daquele sistema, procurando assim testar a sua coerência mais que validar especificidades de casos particulares.

A tentativa de questionamento da semiperiferia, a que aqui se proce-

derá, aceita esta proposta metodológica. Com efeito, o discurso que aqui se produz privilegia o nível mais geral daquilo que possa ser uma agenda de investigação sobre aquele aglomerado intermediário de estados nacionais.

### A. O confronto teórico

Para uma compreensão plena do alcance desta conceptualização de semiperiferia, é indispensável confrontar brevemente a teoria do sistema mundial com outros modos de compreensão das relações políticas e económicas internacionais, em particular com as teorias da modernização e da dependência.

Perante o facto reconhecido da existência, hoje como há 100, 150 ou mais anos, de um número significativo de estados situados algures entre a «maturidade» e o «atraso», tanto a teoria da modernização como a teoria da dependência acabam por considerar nas suas versões mais ortodoxas apenas as posições extremas da distribuição polar dos estados.

A *teoria da modernização* considera basicamente que todo é qualquer país se situa, num momento dado do seu desenvolvimento, ou naquilo que se consideram as «economias tradicionais», «agrícolas», do Terceiro Mundo ou entre os «estados modernos», «industriais» da civilização ocidental. Esta teoria advoga para as zonas menos desenvolvidas do globo a adopção de políticas que as conduzirão, por um processo mais ou menos linear de passagem de diferentes etapas ou estádios de desenvolvimento, à condição industrial/moderna. O subdesenvolvimento e a pobreza desaparecerão à medida que aqueles países melhor conseguirem duplicar a estratégia de desenvolvimento anteriormente ensaiada pelos países desenvolvidos de hoje (*efeito de demonstração*). A maior contra-evidência empírica desta interpretação é constituída pelo generalizado «insucesso» das tentativas de desenvolvimento e crescimento da quase totalidade dos países do Terceiro Mundo.

Por outro lado, a *teoria da dependência* desenvolveu a ideia de uma crescente polarização mundial entre o centro e a periferia, um resultado directo do funcionamento do sistema capitalista. À medida que tal sistema se desenvolve, defendem os dependentistas, mais as relações entre aqueles pólos tendem a reforçar-se, intensificando-se e alargando-se; em consequência, aquela polarização (*desenvolvimento do subdesenvolvimento*). A solução encontrar-se-ia numa estratégia autocentrada de desenvolvimento, acompanhada de uma desvinculação radical do capitalismo e sustentada por uma estratégia socialista de acumulação. Em meu entender, foi a ocorrência de uma variedade de casos bem «*sucedidos*» de desenvolvimento, registada em países periféricos, do Brasil ao Taiwan, e baseada no aprofundamento (não na desvinculação) das relações capitalistas que conduziu a «dependência» a um estado de bloqueamento teórico.

Em oposição a estas concepções, a teoria do sistema mundial sustenta,

como o mostra o conceito de semiperiferia, a existência de um modelo *trimodal*, e não bimodal, da distribuição dos níveis de desenvolvimento mundial. A sua base histórica de análise permite-lhe conceber a semiperiferia não como uma condição transitória e residual, mas *estável, permanente e relacional*.

A semiperiferia seria uma condição transitória se, como na teoria da modernização, correspondesse a um estágio temporário do desenvolvimento dos estados e das economias nacionais, no seu percurso entre o «atraso» e a «modernização». Seria, por outro lado uma categoria residual se, como no caso da teoria da dependência, a tendência para a polarização crescente do mundo capitalista fosse vista numa concepção determinística, não sujeita a contra-tendências que, precisamente, invalidam a ideia de fixação dos estados, enquanto estados capitalistas, a um dos dois pólos da divisão do trabalho.

Para a teoria do sistema mundial, os países da semiperiferia têm uma dinâmica própria que os capacita de reproduzirem a sua própria semiperiferialidade e, portanto, de *estabilizarem* a sua condição estrutural. Esta dinâmica é fundamentalmente *política* e tanto mais acentuada quanto mais intensos forem os períodos de estagnação económica mundial. Estas fases B dos ciclos económicos representam um desafio particular para os equilíbrios mundiais geralmente vigentes durante as fases A. É então admissível pensar-se que a semiperiferia possa reagir a esta estagnação de modo algo diferente dos estados «fortes» que a suportam e dos «fracos» que sucumbem, para usar a linguagem figurada de Braudel (1985:91).

Para além desta mobilidade, estes estados encontram-se sujeitos a pressões diversas, não só oriundas de forças sociais internas organizadas, mas vindas também tanto dos países centrais como dos periféricos (o carácter *relacional* da semiperiferia). Combinadas, estas pressões e a dinâmica própria da semiperiferia, permitem aos teóricos do sistema mundial considerar a hipótese de os diferentes estados nacionais, individualmente considerados, poderem alterar a sua condição estrutural semiperiférica, tanto no sentido da sua «despromoção» (periferialização), como no sentido inverso (centração). Para além disto, considera-se que, em função de uma lógica elementar do funcionamento do capitalismo, nem todos os estados, tal como sucede com os próprios indivíduos, podem ser dominantes ou capitalistas, em simultâneo, reduzindo-se assim substancialmente o leque de oportunidades de acesso à condição capitalista central. Acresce ainda o facto de a concorrência interestatal poder reforçar o conjunto da semiperiferia pela «desqualificação» de estados centrais, uma tendência historicamente tão plausível como a «promoção» de estados periféricos. É esta mobilidade sistémica, por limitada que possa ser, que confere à semiperiferia o seu carácter de *permanência histórica*, naturalmente ausente nas formulações das teorias da modernização e da dependência.

É corrente a identificação de situações intermédias, como no caso da teoria das classes sociais, às quais estas considerações também seriam apli-

cáveis. Pode até mesmo dizer-se que é por analogia que Wallerstein recupera, para a semiperiferia, os atributos fundamentais das classes sociais (natureza relacional, estabilidade, permanência, combinação de comportamentos, etc.).

Para além disso, são conhecidas outras tentativas conceptuais para designar a mesma realidade. Entre estas últimas estão as designações «nações intermédias» (Galtung), «países em vias de desenvolvimento» (Kuznets), «sub-imperialismo» (Marini) e «desenvolvimento dependente» (Cardoso e Falleto). O contributo teórico mais consistente sobre estas formas intermédias de desenvolvimento parece ser a do grupo de investigadores do IREP com o seu conceito de «semi-industrialização»<sup>8</sup>. Esta diz respeito

«à rápida emergência na cena internacional de economias em vias de desenvolvimento; ao crescimento acelerado das exportações de produtos manufacturados; à integração no mercado mundial capitalista e ao aprofundamento da Divisão Internacional de Trabalho» (Judet; 1981:5).

Parece-me, portanto, que o conceito está apto a dar conta sobretudo dos *casos anómalos* de rápida industrialização e promoção económica internacional. Só assim se compreende que o seu referencial empírico mais utilizado seja o chamado «grupo asiático dos quatro». Assim sendo, por eleger a industrialização como critério único de definição, sem que o problematize, e ao não considerar o carácter histórico do desenvolvimento económico desses países, esta concepção não permite visualizar situações cobertas pelo conceito de semiperiferia, como sejam as relativas à consolidação secular de situações intermédias ou da sua assunção do estatuto por «despromoção» (desindustrialização?). A par disto, o papel do estado nacional surge circunscrito à sua função directa de promotor ou agente dessa industrialização, esvaziando-se a sua intervenção na superestrutura política mundial (sistema interestados), uma das componentes fundamentais da semiperiferia wallersteiniana.

Por estas razões, e apesar das suas virtudes, o conceito de semi-industrialização continua, também ele, como diz o próprio Judet, «carregado de ambiguidade» e incapaz de abranger o vasto leque de países semi-periféricos, de níveis económicos de desenvolvimento similar, mas de trajectos históricos e políticos tão díspares como os observáveis no mundo capitalista de hoje.

## B. A definição originária de semiperiferia

As primeiras formulações do conceito de semiperiferia feitas por Wallerstein (1974) surgem no seu *The Modern World-System*. Aí, o conceito surge sem grande elaboração teórica própria mas tão-só enquadrado histó-

rica e descritivamente no mapa do capitalismo mundial que se vai desenhando a partir do século XVI. A formulação mais generalizante que se encontra neste trabalho surge no balanço teórico que Wallerstein ensaia no capítulo de conclusão:

«As economias mundiais são pois divididas em estados centrais e áreas periféricas (...) Existem também áreas semiperiféricas que se encontram entre o centro e a periferia sob uma série de critérios como seja a complexidade das actividades económicas, o vigor do seu aparelho estatal, a integridade cultural, etc. Algumas destas áreas tinham antes sido centrais de uma dada economia medieval. Outras tinham sido áreas periféricas posteriormente promovidas, por assim dizer, em consequência de alterações geopolíticas verificadas numa economia capitalista em expansão.

A semiperiferia, porém, não é um artifício de demarcação estatística, nem uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural indispensável da economia mundial» (Wallerstein; 1974: 349).

Esta formulação wallersteiniana constitui uma «indução amplificante» pela sua tentativa de generalização conceptual a partir de casos paradigmáticos da gestação da semiperiferialidade, como nos casos estudados de Portugal, Espanha, França, Itália ou Rússia.

Em *The Rise and Future Demise...*<sup>9</sup>, sem dúvida um dos seus textos mais interessantes, Wallerstein justifica aquela indispensabilidade estrutural da semiperiferia no conjunto do sistema mundial. São as razões *políticas*, situadas ao nível do sistema interestados, mais que as razões económicas que exigem a conservação deste estrato intermédio de países. De outro modo, argumenta, a instabilidade política derivada da tensão permanente entre o centro e a periferia, conduziria o sistema rápida e inevitavelmente ao seu bloqueio e eventualmente ao seu colapso (Wallerstein, 1979: 69).

Isto não quer dizer que Wallerstein não atribuía conteúdo económico à semiperiferia. Com efeito, os estados semiperiféricos podem ser definidos como estados que tendem à

«produção de produtos manufacturados para o mercado interno... mas [são] também exportadores de produtos primários, desempenhando o papel de parceiros periféricos face aos países centrais e de parceiros centrais face a alguns países periféricos» (Wallerstein; 1979:247)<sup>10</sup>.

Definida deste modo a semiperiferia, parece não restarem dúvidas sobre a sua aplicabilidade ao caso português, no decurso de um longo período de tempo. Trata-se do período em que o país denotava uma *subordi-*



nação ao nível económico da divisão de trabalho, entendida a partir da sua fixação à condição de produtor de manufacturas para o mercado interno, aliada à situação de país exportador de bens primários. Tratava-se então de Portugal, enquanto «parceiro periférico dos países centrais». Por outro lado, ao nível político das relações coloniais, Portugal exercia uma posição *dominante* ao fazer das colónias africanas «a sua periferia».

Creio que o termo da relação colonial não invalida necessariamente a semiperiferialidade portuguesa. Penso que o tempo que se vive hoje é antes um tempo em que se reavaliam os parâmetros da articulação da economia e do estado portugueses no conjunto do sistema mundial. Tudo quanto se pode dizer por agora é que se trata de uma *redefinição no interior* da semiperiferia (Fortuna, 1985; Santos, 1985). Existirão por certo outras interpretações. Entre elas as que se predispõem a aceitar mais rapidamente a caracterização de semiperiferia para o Portugal colonial que a conferir-lha hoje, terminado o seu vínculo africano. Estas concepções estarão mais inclinadas a atribuir a Portugal um qualquer outro estatuto mais próximo das bipolaridades típicas da 'modernização' e da 'dependência' que referi.

Esta é uma razão prática pela qual se deve ensair uma definição mais substantiva do conceito de semiperiferia. As outras são de natureza teórica e decorrem da forma como o conceito é apresentado nos textos originais de Wallerstein. Nessa primeira apresentação o conceito enferma de alguma precaridade e é fundamentalmente intuitivo na sua construção, pese embora o seu inegável valor *heurístico*. Esta qualidade exploratória do conceito deve, no entanto, ser testada mesmo (ou principalmente?) se nos concentramos nas especificidades de casos nacionais<sup>11</sup>.

### C. A Redefinição da Semiperiferia

Em meu entender é precisamente a partir da divisão do trabalho típica do sistema mundial capitalista que se pode ensaiar uma caracterização da semiperiferia que dê conta, em simultâneo, da sua continuidade histórica e da sua materialidade estrutural específica.

A primeira questão resultante da bipolaridade dominante naquele sistema (centro *versus* periferia) é a existência, num dado momento, de produtos, processos e métodos de produção, ou seja, de *actividades produtivas* de natureza e resultados económicos diferenciados<sup>12</sup>. Esta natureza diferencial confere-lhes o estatuto de actividades produtivas *centrais* se, em termos relativos, se apresentam altamente mecanizadas, capital-intensivas, lucrativas e envolvendo altos níveis salariais e acentuada especialização/qualificação do trabalho. Em contrapartida, serão *periféricas* as actividades produtivas limitadamente mecanizadas, trabalho-intensivas, menos remuneradoras e com graus inferiores de especialização/qualificação do trabalho.

Articuladas entre si e repartidas pelas diferentes áreas do mundo estas

actividades produtivas constituem como que uma «linha planetária de montagem» que atravessa, hoje como ontem, as fronteiras politicamente definidas dos estados nacionais. É neste sentido que se pode falar apropriadamente de uma produção e de uma procura mundiais. No entanto, no sentido estrito em que retêm no interior do seu espaço nacional, conjuntos ou manchas proporcionalmente diferenciadas daquelas actividades produtivas (o processo que designarei *nacionalização da produção*) os diferentes estados podem ser considerados centrais ou periféricos consoante neles predomine um ou outro tipo de actividades.

É nestes termos que se pode definir tentativamente a semiperiferia como *o aglomerado de estados nacionais que agregam no interior do seu espaço numa rede de actividades relativamente equilibrada, donde resulta a sua acentuada margem de manobra política e institucional no sistema interestados*<sup>13</sup>. Trata-se obviamente de uma definição axiomática, obtida na confluência de uma interpretação simultaneamente dedutiva e indutiva e feita por referências às particularidades das situações polares e à totalidade da economia mundial capitalista. Julgo que esta definição pode conduzir a uma interpretação mais operacional desse conjunto de estados intermédios da economia mundial.

Poderá objectar-se de imediato sobre o critério de medição daquela «rede equilibrada de actividades produtivas». Neste sentido, pode ser operacional o critério do Produto Nacional Bruto *per capita*, um dos poucos facilmente mensuráveis para grande parte dos países. A operacionalidade deste critério, sem dúvida discutível, deriva do facto de, tal como a produção capitalista, também o lucro excedente obtido da sua *mise en valeur* ser um lucro mundial. Por reterem no seu espaço nacional, em paralelo e equilibradamente conjunto de actividades produtivas centrais e periféricas, por pressuposto mais e menos lucrativas respectivamente, os estados semiperiféricos apropriam uma parcela intermédia do lucro mundial, traduzida de algum modo no PNB (Arrighi, 1986).

Na sua primeira aplicação do critério pode dizer-se que Arrighi confirma a distribuição trimodal de Wallerstein. Excluídos os países com menos de 1 milhão de habitantes, e apesar do carácter problemático das classes do PNB estabelecidas, o autor detecta 5 grandes zonas de distribuição estrutural, duas das quais respondem por situações de fronteira, tanto em termos do PNB como, e principalmente, em termos da percentagem mundial que representam<sup>14</sup>.

Apesar destes resultados poderem confirmar a distribuição trimodal da economia mundial, parece evidente que neste domínio os teóricos do sistema mundial têm ainda um longo processo de investigação a percorrer (em parte resultante das dificuldades metodológicas que referi na primeira parte deste texto), de modo a operacionalizar os critérios mais eficazes de medição da semiperiferia e dar consistência empírica à generalidade das propostas teóricas originais de Wallerstein.

Entre estas propostas incluo a base em que defino agora a semiperife-

ria e que se distingue das definições originais e mais vagas oferecidas. Quero fazer realçar que a forma como me refiro às actividades produtivas não permite supor a existência, ao longo do tempo, de produções ou actividades produtivas tipicamente centrais ou tipicamente periféricas, pois, elas são-no apenas de um ponto de vista relativo e não existem, enquanto tal, se não temporariamente. Uma actividade que é central num dado momento pode tornar-se periférica no momento seguinte, pelo que é de acautelar, para efeitos comparativos, a adopção de períodos longos e espaços alargados de análise. Com efeito, se fizermos livre uso do conceito de «ciclo de produto», utilizado nas teorias do comércio internacional<sup>15</sup>, pode sustentar-se a ideia de que as actividades produtivas centrais, ao atingirem a sua fase de maturidade, ficam sujeitas, em regra, a um processo de periferização (ou de despromoção) técnica e estrutural que envolve geralmente a realocização espacial da produção e a recomposição das formas de organização social que a suportam<sup>16</sup>.

Não estou a defender a hipótese de que este processo de periferização técnica e estrutural de actividades produtivas possa atribuir-se apenas a uma qualquer degenerescência das potencialidades intrínsecas dessas actividades. Antes de mais, uma tal despromoção tem a ver com os ritmos cíclicos da economia capitalista e as correspondentes intensidades desiguais de concorrência empresarial, como por exemplo nos casos de inovação tecnológica ou de produtos (Schumpeter, 1939). Por outro lado, não se pode deixar de admitir a possibilidade de uma intervenção decisiva dos capitalistas individuais ou do próprio Estado na «despromoção» estrutural de actividades produtivas. Este seria um caso intimamente relacionado à lógica elementar de acumulação capitalista produtivas. Este seria um caso intimamente relacionado à lógica elementar de acumulação capitalista em que se procuram minimizar os efeitos da recessão económica à medida que esta toca sectores de vanguarda. Para uns e para outro (capitalistas e Estado) o que está em causa é conservar um nível elevado de selectividade das suas actividades produtivas de modo a resguardarem-se da concorrência dos seus pares. Por último, não é despidiendo pensar-se que na origem deste processo se possa detectar a interferência de sectores dinâmicos (o Estado incluído, se for esse o caso) de países semiperiféricos ou mesmo periféricos induzidos pelo afã de promoverem a natureza da grelha de actividades produtivas sob seu controlo.

Neste último sentido talvez se possa argumentar como o caso do impulso verificado no sector têxtil português, em meados do século passado, na sequência da política económica aguerrida de Sá da Bandeira, e coincidente com a ideologia e prática liberal da Europa de então, em particular, da Inglaterra. Este é um período em que a indústria metalúrgica conduzida pela mão dos dois grandes concorrentes da Inglaterra, a Alemanha e a França, caminha a passos largos para uma posição destacada no conjunto das actividades produtivas (Landes, 1969). Na sua atitude defensiva e na tentativa de não perder a sua posição hegemónica, a Inglaterra, à medida

que a Grande Depressão de 1873-1896 se ia instalando, descongestionou o seu «monopólio» têxtil e concentrou os esforços na produção de aço. Este facto propicia a oportunidade a Portugal, como de resto a outras semiperiferias, para se libertar das restrições institucionais a que estava vinculado havia já mais de um século. No prolongamento histórico deste processo de periferialização dos têxteis encontra-se parte do sucesso da «semi-industrializada» Coreia do Sul do pós-guerra (Fortunato, 1985), conseguido aliás numa fase de generalizado uso de fibras sintéticas que só gradual e tardiamente viriam a integrar o conjunto das matérias-primas da indústria portuguesa<sup>17</sup>.

#### D. O Estado Semiperiférico e o Sistema Interestados

Em resultado do seu equilíbrio relativo de actividades produtivas, os estados semiperiféricos são em geral estados com uma *acentuada margem de manobra política e institucional*, subsidiária do equilíbrio de forças sociais adstritas àquelas actividades. Esta *centralidade do Estado* é um traço essencial da relação da semiperiferia como o mercado, o capital e o trabalho, como é também do desempenho dos diferentes estados nacionais ao nível do sistema interestados.

Por esta razão a *formação/constituição histórica* dos estados nacionais semiperiféricos constitui um processo político determinante, por exemplo, da dimensão do mercado nacional ou da variedade e volume das actividades produtivas, recursos naturais ou humanos, congregados entre as suas fronteiras. Este é, por regra, um processo marcado por descontinuidades políticas mais ou menos acentuadas de que são exemplo os (re)arranjos geográficos dos limites da soberania nacional por efeito quer da *aglutinação* de regiões antes autónomas (como no caso da actual Hungria) quer da *desintegração* imperial (como no caso da Turquia).

A descolonização portuguesa de 1975 é evidentemente um caso típico destes (re)arranjos estratégicos que, no âmbito desta discussão, representa um dos elementos da redefinição da condição semiperiférica de Portugal actualmente em curso<sup>18</sup>. Este processo de descolonização teve um impacte decisivo na redefinição dos pesos dos diferentes sectores do capital nacional pela perda de controlo e facilidade de acesso e uma diversidade de actividades produtivas coloniais. Este jogo de interesses que começara já a tomar forma na década de 60, quando se inicia a «medição de forças» entre o sector «africano» e o sector «europeu» do capital nacional recorda, nos seus traços essenciais, a inflexão do capital verificada nos meados do século passado e provocada pela independência do então «Brasil periférico». Num e noutro caso, a perda de controlo sobre importantes recursos e mercados coloniais foi feita sem orientações alternativas perfeitamente consolidadas, pelo que também num e noutro caso alguns sectores sociais não te-

rão deixado de manifestar uma atitude derrotista com laivos ideológicos decadentistas.

Estas considerações integram-se na hipótese de trabalho sobre a *mobilidade histórica* dos estados nacionais (despromoção, consolidação ou promoção). Aplicada esta hipótese ao caso português, leva-me a considerar que os últimos cem anos da história de Portugal têm sido a história da sua consolidação como país semiperiférico. Inicia-se como o estabelecimento do controlo colonial «efectivo» em África, na viragem do século, e prossegue depois no período inter-guerras, até finais dos anos 60 quando começam a germinar os efeitos bloqueadores e se agudizam as contradições que conduziram ao 25 de Abril (Santos, 1984). As fases de arranque para este esforço de consolidação coincide com as fases de retracção económica generalizada (fases B dos ciclos Kondratieff) correspondentes aos períodos de 1870/75-1890/96 e 1914/20-1945/48. Evidentemente que a hipótese da consolidação não exclui, antes exige, a consideração do reforço ou do estabelecimento de alianças internacionais privilegiadas já existentes ou novas. A «velha aliança», num caso, e a NATO, no outro, podem considerar-se no domínio das relações internacionais as alianças privilegiadas em que Portugal apostou para vencer o desafio da retracção económica e concretizar a oportunidade da sua consolidação enquanto poder mundial intermédio. Num e noutro caso foi cortejado, é certo, pelos países centrais, sobretudo pela sua posição geo-estratégica tanto em África como no extremo ocidental da Europa, o que lhe terá valido um «trunfo» com que os outros estados em condição semelhante não puderam contar ou não conseguiram utilizar tão eficazmente.

Não estou a dizer que perante a centralidade do Estado implícita nestes arranjos, os capitalistas se remetam, na semiperiferia, a uma posição tutelada de meros agentes sociais passivos. Numa economia mundial em transmutação histórica permanente, em que a produção sendo mundial é também parcelizada e em que o *turn-over* das actividades produtivas (de centrais e periféricas) é constante e crescentemente acelerado, uma das hipóteses mais válidas a ter em conta parece-me ser a de que os sectores mais dinâmicos do capital nacional se encontram sujeitos a uma pressão concorrencial dos seus pares cujos efeitos só poderão ser minimizados à medida que conseguirem captar maiores parcelas de actividades produtivas centrais.

À escala nacional, esta graduação selectiva de actividades pode ter efeitos centrifugadores de dispersão da malha produtiva e estar na origem do redescoberto processo de industrialização regional<sup>19</sup>. Uma das hipóteses que aqui se poderão levantar é a de saber que actividades produtivas compõem esta regionalização industrial, se actividades em processo nacional ou global de despromoção (as chamadas actividades «tradicionais») ou, se ao contrário, ela engloba e em que escala a captação de actividades centrais<sup>20</sup>.

À escala da economia mundial, por outro lado, este dinamismo de sec-

tores empresariais nacionais não pode deixar de ser equacionado em relação com a transnacionalização do capital. Em si, este processo não é novo pois que «o capital não permitiu nunca que as suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais» (Wallerstein; 1979:19). O que realmente novo e inquietante é a intensidade que o fenómeno assumiu a seguir à Segunda Guerra Mundial e que legitima a interrogação sobre quanto de nacional existe nas economias nacionais de hoje, como tem sido perdido ou preservado e com que efeitos<sup>21</sup>. Para a generalidade da periferia mundial, a «aliança tríplice» (multinacionais, estado e capital local) (Evans, 1979) tem provocado a «desarticulação» das suas economias e a «exclusão» dos seus supostos benefícios de consumo de sectores sociais importantes (Amim, 1976). A experiência histórica de muitas situações de semiperiferia faz-me pensar como esta pode iludir ambas as situações, dada a combinação que pode conseguir entre a franca oposição e a abertura incondicional ao capital transnacional. Esta especificidade da semiperiferia é um corolário da sua margem de manobra política resultante da sua indispensabilidade estratégica para o sistema:

«os países mais pobres da periferia podem estagnar sem que a sua situação de apuro provoque qualquer perturbação séria no centro, mas a crise da semiperiferia despojará as multinacionais de uma importante zona alternativa para a acumulação em diversos sectores industriais» (Evans; 1979:34).

Esta situação aponta para a articulação de interesses ou «aliança» baseada, em primeiro lugar, no facto de que o *capital transnacional*, dado o seu interesse em aumentar os lucros, tende primeiramente a fazer baixar os custos de produção e só depois em conseguir ganhos de produtividade, sem excluir as possibilidades de estratégias combinadas. Dispõe-se assim ao descentramento (deslocalização) do todo ou de partes das suas actividades produtivas para regiões de baixos salários mas de eficazes garantias de segurança para os seus investimentos. Em segundo lugar, como já disse, este descentramento não pode deixar de ser visto também como estratégia deliberada de alguns *sectores capitalistas nacionais*, supostamente interessados em aumentar o controlo sobre actividades produtivas mais centrais. Outros sectores menos dinâmicos poderão ver-se remetidos para a necessidade de promoverem verdadeiros enclaves da economia nacional, menos atraentes para o capital mundial e escudar-se neles, correndo assim o risco da sua periferialização a prazo mais ou menos longo. O terceiro elemento desta articulação reside então *no sucesso do estado semiperiférico* em promover captar aquela deslocalização de actividades para o seu espaço nacional.

Perante as exigências de harmonia social e estabilidade das transnacionais, o estado semiperiférico pode confrontar-se a médio prazo com um défice de legitimidade política. Esse foi o figurino da generalidade dos casos da América Latina do pós-guerra no período posterior à «substituição

das importações». A ruptura do equilíbrio social precário conseguido na base do alargamento dos consumos, tanto materiais como simbólicos, fez-se acompanhar da imposição de formas coercitivas de controlo da força de trabalho e do surgimento de regimes políticos autoritários,

«Nas áreas mais desenvolvidas da periferia, o aparelho coercivo deve ser 'conduzido de modo a excluir o sector popular urbano entretanto já activado'. O objectivo é fazer regressar a classe operária à posição política de antes da sua urbanização e organização. (...) A repressão é o único meio de dar este passo atrás» (Evans; 1979:48).

O reforço das fragmentações do mercado de trabalho por via repressiva que aquelas mudanças enunciam é típico das formações periféricas de hoje (mesmo as mais avançadas) onde o dilema entre capitalismo e democracia parece continuar a ser resolvido em benefício do primeiro. As restrições à capacidade negocial da força de trabalho no local da produção (Edwards, 1979) podem, no entanto, ser compensadas pelo reforço das suas capacidades negociais no próprio mercado de trabalho, para o que se mostra decisivo tanto o nível e os objectivos estratégicos da organização sindical como o grau de elasticidade das economias familiares.

A situação nos países do centro capitalista contraria com este figurino por serem menores as pressões internas para a captação de mais actividades centrais. Por este facto, estes estados surgem geralmente mais envolvidos em tarefas de redistribuição e de provisão de infraestruturas (Korpi, 1978).

Em contraste com estas situações polares, a semiperiferia apresenta uma variedade de formas reguladoras da economia e das tensões sociais que podem ir desde a tutela de sectores económicos e empresas à sua estatização, da administração/regulação das trocas comerciais no interior e para além das suas fronteiras até mesmo à supressão/redução de liberdades políticas e sindicais.

Como é que o caso português se compagina com estes traços gerais das estratégias de regulação da semiperiferia? Seguindo de perto um estudo recente (Santos, Reis e Marques, 1986), pode dizer-se que a primeira grande característica da transição que hoje se opera em Portugal reside no facto de apresentar indícios aparentes de periferialização, pela dominante e incessante busca de zonas de baixos salários, em oposição à procura de ganhos de produtividade, tanto do capital nacional como do capital mundial. Estes indícios poderão, contudo, ser contrabalançados pelo facto de Portugal apresentar um conjunto de características estruturais que se podem considerar típicas de uma situação intermédia de desenvolvimento. Com efeito, Portugal dispõe de

«recursos humanos apreciáveis, de um sector de mão-de-obra qualificada ou facilmente qualificável (...) de um mercado de

classe média relativamente significativo que não pode ser drasticamente ressurgido (...) [e de uma] heterogeneidade interna do operariado português que vai desde o taylorismo sangrento, (...) passando por sectores do operariado integrados numa relação salarial fordista e (...) operários alta e sofisticadamente qualificados» (Santos, Reis e Marques; 1966: 39-40).

No entanto, os autores fazem notar que Portugal constitui uma «Sociedade Providência» em que as deficiências da providência estatal formal, de tipo central, são aqui superadas por mecanismos informais, similares aos praticados em estados «fracos» da periferia mundial (Roberts, 1978) e com base no suporte, por exemplo, da pequena agricultura e da economia subterrânea, ambos desenvolvidos ao longo de uma densa matriz linhageira/familiar. Ao lado destes mecanismos informais, e para além dos rendimentos salariais correntes, também os juros de depósitos e as remessas de emigrantes constituem em Portugal parcelas importantes do rendimento das famílias (Mateus, 1985), todos eles tendendo, como conclui Boaventura S. Santos (Santos, 1985), para a «descoincidência» entre os volumes da produção social capitalista e da reprodução social. Trazer esta descoincidência a um mais alto grau de nivelamento pode ser visto como a estratégia mais apropriada na presente à consolidação da condição semiperiférica de Portugal. É nesta manobra de pacificação que reside a centralidade do estado português, tanto mais importante quando maior parece ser o «défice corporativo» existente entre os diferentes corpos sociais actuantes na sociedade portuguesa.

A contrariar esta expectativa, no entanto, a prática política do Estado português tem vindo a ser balizada pelo reforço da sua componente coerciva, em prejuízo do consenso nas relações de trabalho. Os contratos a prazo e a «inefectividade prática do direito do trabalho» têm sido as componentes mais activas na redução da capacidade negociadora da força de trabalho (Santos, Reis e Marques, 1986). A desintegração jurídica do operariado (trabalho temporário e contratos a prazo) e da própria empresa (subcontratação e trabalho domiciliário) correntes hoje em Portugal (*ibid.*), têm efeitos sociais e políticos determinantes na redução da capacidade negociadora operária. Situado algures entre o «taylorismo sangrento» (da periferia) e a «submissão silenciosa» (do centro), este processo de erosão e de submissão da força de trabalho, de que o Estado português é um agente activo (por tolerância, ineficácia ou iniciativa própria), confere hoje ao capital condições atractivas de investimento em Portugal<sup>22</sup>. A «Sociedade Providência» tem actuado como defesa contra os efeitos perniciosos da atomização operária e da sua elasticidade parece depender a contenção do *élan* conflitual e revolucionário que actualmente se detecta na periferia do sistema (*ibid.*). Nestes termos, o despacho da actual redefinição da condição semiperiférica de Portugal, permanece em aberto mas parece implicar que



«o Estado português terá mesmo de reforçar o seu conteúdo providencial em vez de o atenuar. Como a tanto poderá obstar a crise financeira do Estado, a única saída democrática consistirá em fomentar novos mecanismos providenciais no seio da sociedade civil à medida que forem enfraquecendo os mecanismos tradicionais típicos de uma sociedade de forte componente rural. Esses novos mecanismos pressupõem uma sociedade auto-organizada. (...) [Essa] auto-organização terá de início de ser apoiada por um Estado atento a múltiplos particularismos sociais» (Santos, Reis e Marques; 1986: 41).

## V. CONCLUSÃO: Agenda de Investigação Sobre a Semiperiferia

A partir das considerações feitas acerca da teoria do sistema mundial e da semiperiferia poder-se-ão delinear algumas linhas de investigação e hipóteses de trabalho para aprofundar a pertinência do conceito, nomeadamente no estudo de casos nacionais.

1. O carácter estável, permanente e relacional na semiperiferia, em geral, implica que o seu significado varie no tempo, no espaço e de acordo com as tendências seculares e os ciclos longos da economia capitalista. A análise de casos particulares/nacionais deve assim ser *fundada historicamente* de modo a permitir identificar os legados de partida. Não é indiferente, por exemplo, que um Estado tenha sido incorporado na economia mundial numa condição semiperiférica ou noutra. Neste ponto, a hipótese de trabalho que se perfila parece ser a de que poucos serão os estados periféricos que terão conseguido alcançar posições mais sólidas no conjunto do sistema. A hipótese contra indutiva é a de que todos os estados (semiperiféricos ou não) poderão alterar a sua condição estrutural, esvaziando deste modo a condição estrutural de partida.
2. Quanto à variação «espacial» do significado de semiperiferia, parece-me evidente que não terá a mesma relevância prática um país ser semiperiférico no continente africano, na Europa Ocidental ou Oriente, por exemplo. Existe, no entanto, uma cautela a observar que diz respeito a uma contínua estratificação de posições em função do *enquadramento geo-estratégico* dos estados nacionais (por exemplo, se centrarmos a atenção sobre a «periferia europeia» não podemos perder de vista a sua condição semiperiférica mundial). Para além disso, a regionalização da semiperiferia implica a regionalização, em paralelo, do centro e da periferia já que parece poder estabelecer-se em cada caso, um eixo principal de relações que faz corresponder a cada centro as suas periferias privilegiadas.

## Capítulo 5

### Crescimento, regulação e crise na economia mundial

- 5.1. Para uma reinterpretação do processo de desenvolvimento capitalista: uma referência à(s) escola(s) da regulação
  - *Acumulação, crescimento e factores de crise na economia capitalista mundial (de meados dos anos 60 a meados dos anos 70);*
  - *O conceito de regulação na Ciência Económica e sua contribuição para uma reinterpretação dos processos de expansão e crise da economia capitalista;*
  - *A crise actual e os seus mitos.*
- 5.2. Os processos de ajustamento face à crise
  - *O papel do Estado e da política económica em revisão;*
  - *Novos modos de gestão da mão-de-obra;*
  - *A deslocação das indústrias e os novos países industrializados (NPI);*
  - *Novas tecnologias e processos produtivos e organizacionais;*
  - *O recurso à dívida externa, uma arma de dois gumes.*

## Capítulo 6

### Processos de crise, transformação e reajustamento na economia portuguesa no período pós-1974

- 6.1. Rupturas e mudanças em 1974-1975
  - *Da desagregação do anterior regime à tentativa de construção da sociedade socialista;*
  - *Os processos de descolonização e seu impacte na economia e na sociedade portuguesa;*
  - *A Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário: a busca de um novo modelo de funcionamento da economia;*
  - *Mercado de trabalho: a emergência tardia de uma relação salarial de tipo monopolista.*
- 6.2. O pós-1975: à procura de um novo modelo de acumulação e de funcionamento da economia portuguesa
  - *Crescimento, desemprego, inflação, défice externo e défice orçamental: os estigmas de um círculo vicioso só aparentemente conjuntural;*

- *O agravamento da dívida externa e do constrangimento externo da economia portuguesa;*
- *Estado e iniciativa privada; nacionalizações e privatizações; formas alternativas de propriedade e de gestão do capital — as configurações do sistema económico em discussão;*
- *Inflação, consumo e austeridade — uma presença profunda na economia portuguesa;*
- *Formas de acumulação e distribuição do rendimento — uma análise sugestiva dos processos de ajustamento/desajustamento ocorridos na economia portuguesa.*

### 6.3. O processo de integração (formal) de Portugal na CEE

- *As etapas de um processo demorado e as suas motivações políticas e económicas;*
- *Estratégias e comportamentos dos agentes económicos em face da adesão.*

## PARTE III

### ESTRUTURAS, COMPORTAMENTOS E ARTICULAÇÕES EXTERNAS NA ECONOMIA PORTUGUESA

#### Capítulo 7

#### Uma perspectiva mesoeconómica

##### 7.1. Breve panorâmica sectorial

- *Referência às metodologias de decomposição do sistema produtivo;*
- *Os dinamismos diferenciados: uma estrutura produtiva em transformação;*
- *Sectores em crise e sectores em expansão;*
- *Articulações e desarticulações no sistema produtivo: as relações inter-industriais;*
- *Pólos de especialização, auto-suficiência e dependência: os mercados externos e o mercado interno;*
- *Penetrações sectoriais do investimento e da tecnologia estrangeiros.*

como se articulam com a política do Estado os interesses dos sectores capitalistas tradicionais e os modernos? Como são reguladas as regionalizações das actividades produtivas? Resultarão estas da iniciativa estatal ou da iniciativa empresarial local (captação) ou nacional (centrifugação) e com que efeitos? Até que ponto a regionalização de actividades produtivas corresponde a um grau superior de controlo sobre actividades mais centrais?

9. Este questionamento não pode ser feito à margem das relações *Estado/trabalho*. O nível de organização da força de trabalho parece andar a par dos seus níveis de qualificação nos países do centro. Admitindo-se que estes níveis não sejam coincidentes nos países periféricos, não parece que aqui a tendência para a pulverização/flexibilização da força de trabalho tenha iguais resultados. Se o nível de organização do trabalho for inferior ao da sua qualificação é natural que seja relativamente fácil a reconversão da força de trabalho (por exemplo, pela incorporação de novas tecnologias) e que isto possa indiciar uma tendência para a graduação das actividades produtivas na semiperiferia. Esta seria uma modalidade de aumento da procura em ganhos de produtividade. A verificar-se a situação inversa (níveis de organização de trabalho superiores ao da sua qualificação), a tendência pode ser para a estagnação (periferialização) dessas economias por via da rigidez da sua força de trabalho. Neste caso, a verificar-se aquela pulverização/flexibilização, o modelo da procura de baixos salários tenderá a impor-se. Uma hipótese associada a esta diz respeito à elasticidade dos suportes informais, supostamente existentes na generalidade da semiperiferia.
10. O estudo dos casos particulares não pode, por exigência da teoria, ser isolado do contexto mundial. Ou seja, dada a *permanência histórica e a indispensabilidade estratégica* da semiperiferia, a verificar-se a promoção ou despromoção de um determinado estado semiperiférico, é de admitir que algures no sistema mundial se faça sentir o efeito inverso. Esta premissa pode validar a estratégia wallersteiniana de que, à primazia da identificação das leis gerais do funcionamento do sistema mundial, se devem seguir estudos particularizados, não para detectar as suas especificidades, sempre reconhecidas, mas para testar as hipóteses acerca das tendências evolutivas sistémicas.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para Wallerstein a economia mundial capitalista não é uma justaposição de economias nacionais. De modo a expressar ortograficamente esta diferença o autor socorre-se do hífen em «world-economy» (e em «World-system») de modo a sugerir a sua tradução por economia-mundo (e sistema-mundo). Usarei aqui a fórmula economia mundial (e sistema mundial) ainda que conserve o seu conteúdo wallersteiniano.

<sup>2</sup> A «teoria do colonialismo periférico» (Robinson, 1972), pela qual a expansão colonial-imperialista de finais do século passado se deve não a instintos jingoísticos dos países centrais, mas a crises locais (internas) nas próprias regiões colonizadas, é um exemplo recente do alargamento deste debate.

<sup>3</sup> Directamente relacionada com este aspecto está a impossibilidade real para qualquer investigador individual de lidar com a história do capitalismo mundial a partir de fontes primárias. Reside aqui, como se sabe, a proximidade confessada de Wallerstein à Escola dos Annales e, em particular, aos trabalhos de Fernand Braudel. A testemunhá-lo está a atribuição do nome do investigador francês ao Centro criado em 1976 na Universidade de Nova Iorque (Binghamton) e dirigido por Wallerstein. Aquele uso de fontes históricas secundárias tem levado diversos comentadores a conceberem a teoria do sistema mundial como uma re-escrita e mais que uma versão original da história do capitalismo (Regin e Chirot, 1984).

<sup>4</sup> São recorrentes no trabalho de Wallerstein as referências à continuidade/recriação histórica de processos sociais. Para referir apenas alguns casos, veja-se, por exemplo, o tratamento conferido à dualidade de mercados de trabalho (com paralelismos no *putting-out system* medieval), à transnacionalização do capital (uma característica de sempre do capitalismo), ou à industrialização da periferia de hoje (comparável à industrialização dos campos da Europa dos séculos XVII e XVIII). O estabelecimento à transnacionalização do capital (uma característica de sempre do capitalismo), ou à industrialização da periferia de hoje (comparável à industrialização dos campos da Europa dos séculos XVII e XVIII). O estabelecimento destes paralelismos não se pode plasmar na negação de diferenças nas formas, intensidades e motivações destes processos sociais, tal como ocorrem nos nossos dias. Permitem, ao contrário, ancorar o seu estudo numa base sociológica, mais sólida, de inspiração histórica.

<sup>5</sup> Não podemos deixar de estar atentos aos riscos envolvidos numa e noutra destas estratégias. A longa duração pode ser desmobilizadora e fazer precluir a identificação do que existe de realmente novo no funcionamento do capitalismo de hoje. Da mesma maneira, também o imediatismo analítico pode fazer perder de vista a identificação de causas determinantes de processos contemporâneos essenciais.

<sup>6</sup> A ideia algo divulgada que daqui decorre pela qual «o capitalismo gerou subdesenvolvimento não apenas porque explorou os países subdesenvolvidos mas porque não os explorou suficientemente» (Kay, 1975:55) toma por certo aquilo que está justamente por demonstrar. O risco teórico e histórico que isto envolve é o de se atribuir a origem do subdesenvolvimento, da estagnação e do atraso económico de vastas zonas da economia mundial à pretensa falta de dinamismo daquele capital. É apenas nesta base, que aliás me parece falaciosa, que se pode argumentar pela *indiferença* do capital mercantil perante os modos e condições de produção de mercadorias de cuja troca retira o seu lucro.

<sup>7</sup> Para McLennan «a perspectiva do sistema mundial de Wallerstein tem sido duramente atacada precisamente por ser historicamente (isto é, metodologicamente) útil» (McLennan; 1981:145).

<sup>8</sup> Veja-se, por exemplo, a interpretação do conceito, condensada em *Cahier IREP-Développement*, 1, 1981, com destaque para as formulações de Pierre Judet e de Claude Courbet.

<sup>9</sup> Embora tenha surgido inicialmente em *Comparative Studies in Society and History*, 16, 4, 1974, pp. 387-415, referir-me-ei aqui sempre à sua re-edição em Wallerstein (1974:1-36).

<sup>10</sup> Esta definição não tem deixado de ser objecto de comentário. Aymard, por exemplo, considera que o conceito de semiperiferia tem estado prisioneiro da ambiguidade dos seus

usos e definições. O conceito é umas vezes aplicado num sentido económico, isto é, combina o deficit das regiões semiperiféricas perante o centro capitalista com o seu superavit face à periferia, resultando num jogo de soma zero. Outras vezes o conceito é usado num sentido político e refere-se à acção desenvolvida pelo estado para melhorar a sua posição relativa (Aymard, 1985).

<sup>11</sup> Santos (1985) elaborou recentemente um estudo em que escrutina apertadamente a validade heurística do conceito. Partindo embora da ideia de que o conceito se encontra ainda a um nível *descrito* (pelo seu carácter analógico), *vago* (pela multiplicidade de critérios definidores) e *negativo* (pela ausência de uma materialidade própria ou uma lógica evolutiva específica), aquele estudo constituiu uma contribuição analítica precisa e positiva a incorporar em futuros trabalhos não somente sobre a semiperiferia em geral, mas particularmente sobre a condição semiperiférica do Portugal contemporâneo.

<sup>12</sup> Ao falar de actividades produtivas, faço-o com o intuito de superar a indústria, e os fenómenos a esta relacionados como o critério por excelência da determinação do grau de desenvolvimento das redes produtivas nacionais. Hoje, mais que nunca, quando se desindustrializa o centro e se industrializa a periferia, temos razões fundadas para julgar que acima de tudo é preciso questionar a natureza, mais que o grau de industrialização que se verifica. Sempre que me refiro à indústria, como critério de desenvolvimento, é como a consciência histórica do seu carácter altamente diversificado e relativamente recente, a cuja aceitação, nem sempre questionada, fomos conduzidos pela quase totalidade das literaturas e outras formas de produção de conhecimento dos últimos duzentos anos. O carácter abrangente desse critério, justifica assim que tenhamos «industrializado», primeiramente a agricultura e, mais recentemente, o turismo, a moda, a cultura e a informação. Assim sendo, a sociedade «pós-industrial», que tem levado alguns comentadores a falar hoje da sociedade *high touch/high tech* (Naisbitt, 1982) indica uma certa forma de «industrialização», mas convida também à interrogação sobre se alguma vez existiu uma outra «pós-agrícola».

<sup>13</sup> Reconheço nesta definição o meu débito para com a investigação colectiva em que participei sobre a semiperiferia levada a cabo no F. Braudel Center, sob a coordenação de Giovanni Arrighi. Entre os trabalhos aí produzidos destaca-se Arrighi e Drangel (1986).

<sup>14</sup> Os limites das classes (em dólares 1981, *per capita*) são: menos de 800 (periferia), de 1500 a 4500 (semiperiferia) e mais de 9000 (centro). Entre 800 e 1500 e entre 4500 e 9000 dólares situam-se duas zonas de transição. Deste modo, à semiperiferia corresponderiam 50 estados nacionais, com 58% da população mundial; à periferia 10 estados e 31% da população; ao centro 19 e 14% respectivamente. Na primeira situação de fronteira (entre a periferia e a semiperiferia) situar-se-iam 19 estados (5% da população), enquanto à segunda situação (entre a semiperiferia e o centro) corresponderiam 10 estados (3% da população) (Arrighi, 1985).

<sup>15</sup> Formulado originalmente por Joel Dean (1950), o conceito de «ciclo do produto» procura originariamente distinguir três fases do ciclo de vida de um produto (introdução, expansão e maturidade). Posteriormente, com Levitt (1965) foi-lhe acrescentada uma quarta fase (declínio). Deve-se a Raymond Vernon (1966) a «sua escola» a aplicação e divulgação do conceito no domínio de teoria do comércio internacional.

<sup>16</sup> Pode ilustrar-se esta situação com o exemplo de periferização da produção de cereais, à medida que os têxteis se tornavam uma actividade produtiva central. Gradualmente, estes tornar-se-iam periféricos e seriam substituídos pela produção siderúrgica, que hoje cede lugar aos computadores e aos serviços de assistência técnica. Isto não quer dizer que o saber técnico correspondente a estas actividades despromovidas seja ele também periferizado. Muito ao contrário, o domínio técnico permanece, por regra, nas mãos dos inovadores que assim garantem para si uma componente essencial do controlo sobre as normas da produção mundial.

<sup>17</sup> Este caso ilustra bem como, no domínio do jogo mundial de mercado, a concorrência pela captação de maiores margens de influência, opõe-se frequentemente economias integrantes de contextos regionais bem diversos. Esta poderá ser uma limitação imposta à regionalização de situações de semiperiferia, proposta por Boaventura de Sousa Santos (1985), para contextos regionais mais restritos (por exemplo, europeu, americano, Pacífico oriental). A

proposta de contextualização regional da semiperiferia parece-me poder frutificar melhor no que respeita ao exercício de «funções de intermediação» política inter-estados (*ibid.*), que tendem a desenrolar-se em contextos geo-estratégicos mais uniformes.

<sup>18</sup> A redefinição da condição estrutural de um país no seio do sistema mundial não é sinónimo da sua alteração. Assim, não se pode aceitar a conclusão de Chirot que confunde soberania nacional do diferencial existente em três estados centrais e periféricos, permitindo-se considerar semiperiféricas a generalidade das nações da Ásia, África e América Latina, outras colonizadas (Chirot, 1977).

<sup>19</sup> Este processo diz respeito tanto a casos de industrialização difusa como a de surgimento de novas pequenas firmas locais, muitas das quais de difícil classificação nos termos convencionais em que se definem industrialização e terciarização. Para o primeiro caso, com aplicação ao caso português, veja-se o trabalho exploratório de Reis (1985), onde se avalia a dinâmica regional do Centro Litoral, à luz da relação entre localização industrial, mercados de trabalho e complementaridade agrícola. Para uma visão de conjunto e análise de casos do fenómeno de industrialização regional em Portugal, vejam-se ainda os vários trabalhos publicados na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1987). Para o segundo caso, veja-se a colecção de textos em Keeble e Wever (eds.) (1986). Para um recuo histórico sobre as origens profundas deste fenómeno, vejam-se os ensaios inseridos em Kriedte, Medick e Schlumbohm (eds.) (1981).

<sup>20</sup> A esta escala (como de resto a escalas mais alargadas) não é indiferente o resultado de cada um destes processos. A recomposição e periferação do centro, seja ela motivada por razões de natureza intrínseca, como no caso da cidade de Nova Iorque (Sessen-Koob, 1982; Ross e Trachte, 1983), ou provocada pela «invasão» da periferia como, entre outros, o caso da cidade do México (Roberts, 1978), conduz geralmente a uma informalização da economia e dos modos de vida. Por outro lado, em situações de *centração de áreas periféricas*, por exemplo Sines ou o eixo Aveiro/Braga, seria interessante testar a hipótese do surgimento de um «novo despotismo» nas relações de trabalho que Burawoy (1985; cap. 3) sugere para contextos mais vastos.

<sup>21</sup> Vernon (1971) é particularmente pessimista acerca das capacidades negociais dos estados periféricos perante os impulsos internacionais do capital. Mais cauteloso é o balanço de Caporaso (1981), enquanto Lane (1979) tem uma posição optimista quanto aos benefícios que os estados nacionais podem fazer rever para si, como forma de compensar as garantias de segurança oferecidas ao investimento (renda de protecção).

<sup>22</sup> Este é um sintoma periferalizante da forma e relacionamento entre capital e trabalho em Portugal, em que o segundo surge impotente para sustentar aos ditames do primeiro. Como acentua Burawoy (1985: 26-4), «particularmente entre mulheres, o aumento do trabalho temporário e ao domicílio, orquestrado por agências especializadas, amplia a separação entre as relações de produção e as relações na produção, sujeitando eficazmente os operários às segundas».

## REFERÊNCIAS

- AMIN, S. (1976), *Unequal Development: An essay on the formation of peripheral capitalism*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- ARRIGHI, G. (1985), «The Southern European Semiperiphery: Logic and limits of a transition», in item (ed.), *Semiperipheral Development — The Politics of Southern Europe in the Twentieth Century*, Beverly Hills, Sage.
- ARRIGHI, G. e J. DRANGEL (1986), «The Stratification of the World-Economy. An exploration of the semiperipheral zone», *Review*, X, 1, 9-74.
- AYMARD, M. (1985), «Nation-States and Interregional Disparities of Development», in ARRIGHI (ed.) (1985).

- BETTELHEIM, Ch. (1972), *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*, Lisboa, D. Quixote.
- BRAUDEL, F. (1985), *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa Teorema.
- BRENNER, R. (1977), «The Origins of Capitalist Development: A critique of neo-smithian marxism», *New Left Review*, 104, 25-92.
- BURAWOY, M. (1985), *The Politics of Production: Factory regimes under capitalism and socialism*, Londres, New Left Books.
- BOUSQUET, N. (1980), «From Hegemony to Competition: Cycles of the core?» in Hopkins, T. K. e Wallerstein, I (eds.) (1980).
- CAPORASO, J. (1981), «Industrialization in the Periphery: The evolving global division of labor», in HOLLIST, W. L. e ROSENAU, J. N. (eds.) (1981).
- CHASE-DUNN, Ch. (1980), «Socialist in the Capitalist World-Economy», *Social Problems*, 27,5, 505-525.
- CHIROT, D. (1977), *Social Change in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich.
- DEAN, J. (1950), «Pricing Policies for new Products», *Harvard Business Review*, 28, 45-53.
- EDWARDS, R. (1979), *Contested Terrain: The transformation of the workplace in the twentieth century*, Nova Iorque, Basic Books.
- EMMANUEL, A. (1969), *L'Exchange Inégal*, Paris, Maspéro.
- EYANS, P. (1979), *Dependent Development: The alliance of multinational, state and local capital in Brazil*, Princeton, Princeton University Press.
- FORTUNA, C. (1982), «Four Presumed Moments of Rupture in the Capitalist System», Departamento de Sociologia, Universidade de Nova Iorque (Binghamton) (dactilografado).
- (1985), «Descolonização, o Fim de um Ciclo: Portugal, a África e a Economia Capitalista Mundial», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 469-499.
- (1987), «Em Nome de Deus e... do Lucro», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4 (no prelo).
- FORTUNATO, A. (1984), «As Economias de Características Intermédias de Desenvolvimento: A semi-industrialização», Coimbra, Faculdade de Economia (dactilografado).
- FRANK, A. G. (1977), «Long Life Transideological Enterprise», *Review*, 1, 91-140.
- HOLLIST, W. L. e J. N. ROSENAU (eds.) (1981), *World-System Structure: Continuity and Change*, Beverly Hills, Sage.
- KAY, G. (1975), *Development and Underdevelopment*, Londres, Macmillan.
- KEEBLE, D. e WEYER, E. (eds.) (1986), *New Firms and Regional Development in Europe*, Londres, Croom Helm.
- KORNAI, J. (1984), *Socialisme et Économie de la Pénurie*, Paris, Economica.
- KORPI, W. (1978), *The Working Class in the Welfare Capitalism: Work unions and politics in Sweden*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- KRIEDTE, P., H. MEDICK e J. SCHLUMBOHM (eds.) (1981), *Industrialization before industrialization*, Cambridge, Cambridge, Cambridge University Press e Paris, Editions de la Maison de Sciences de l'Homme.
- LACLAU, E. (1977), *Politics and Ideology in Marxist Theory*, Londres, New Left Books.
- LANDES, D. (1969), *The Unbound Prometheus: Technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*, Cambridge University Press.
- LANE, F. (1979), *Profits from Power*, Albany, State University of New York Press.
- LEVITT, Th. (1965), «Exploit the Product cycle», *Harvard Business Review*, 43, 81-94.
- MARQUES, A. (1985), «Promoção de Exportações e Desenvolvimento: De alguns limites de ensinamento da experiência portuguesa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 301-323.
- MATEUS, A. (1985), *Repartição do Rendimento: Características e tendências da situação portuguesa nos anos 80*, Lisboa, Instituto Damião de Góis.
- MARX, K. (1967), *Capital*, Nova Iorque, International Publishers.
- McLENNAN, G. (1981), *Marxism and the Methodology of History*, Londres, New Left Books.



- NAISBITT, J. (1982), *Megatrends: Ten new directions transforming our lives*, Nova Iorque, Warner Books.
- NISBET, R. (1969), *Social Chance and History: Aspects of the Western theory of development* Oxford, Oxford University Press.
- NOVE, A. (1983), *The Economics of Feasible Socialism*, Londres, George Allen & Unwin.
- OWEN, R. e SUTCLIFFE, (eds.) (1972), *Studies in the Theory of Imperialism*, Londres, Longman.
- RAGIN, Ch. e D. CHIROT (1984), «World-System of Immanuel Wallerstein» in Skocpol, T. (ed.) (1984).
- REIS, J. (1985), «Modos de industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura: Para uma análise de articulação entre a acumulação e a reprodução», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 225-260.
- REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1987), «Espaço e Industrialização», 22.
- ROBERTS, B. (1978), *Cities of Peasants: The political economy of urbanization in the third world*. Beverly, Sage.
- ROBINSON, R. (1972), «Non-European Foundations of European Imperialism: sketch for a theory of collaboration», in Owen, R. e B. Sutcliffe (eds.) (1972), 117-140.
- RODRIGUES, E. et al (1983), *A Especialização de Portugal em Questão*, Lisboa, Banco do Fomento Nacional.
- ROSS, R. e TRACHTE, K. (1983), «Global Cities and Classes: The Peripheralization of labor in New York City», *Review*, 6,3: 393-431.
- SANTOS, B. S. (1984), «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal, 1974-1984», *Revista de Ciências Sociais*, 14, 7-29.
- (1985), «Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial — O caso português», *Análise Social*, 87/88/89, 869-901.
- , J. REIS e M. M. L. MARQUES (1986), «O Estado e as Transformações Recentes da Relação Salarial — A transição para um novo modelo de regulação da economia», in, I Jornadas sobre Economia Portuguesa, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- SASSEN-KOOP, S. (1982), «Recomposition and Peripheralization at the Core», *Contemporary Marxism*, 5, 88-100.
- SCHUMPETER, J. A. (1939), *Business Cycles*, Nova Iorque, McGraw Hill.
- (1976), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Nova Iorque, Harper Torchbooks, (ed. orig. em 1942).
- SKOCPOL, T. (1977), «Wallerstein's World Capitalist System: A theoretical and historical critique», *American Journal of Sociology*, 82, 5, 1075-1090.
- (1979), *States and Social Revolutions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (ed.) (1984), *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SMITH, A. (1976), *The Wealth of Nations*, Chicago, The University of Chicago Press.
- SWEEZY, P. (s.d.), *Do Feudalismo ao Capitalismo*, Lisboa, D. Quixote.
- THOMPSON, E.P. (1978), *The Poverty of Theory & Other Essays*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- VERNON, R. (1966), «International investment and international trade in the product cycle», *Quarterly Journal of Economics*, 80, 190-207.
- (1971), *Sovereignty at Bay: The Multinational Spread of U. S. Enterprises*, Nova Iorque, Basic Books.
- WALLERSTEIN, I. (1974), *The Modern World-System*, Nova Iorque, Academic Press.
- (1979), *The Capitalist World-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press e Paris, Editions de la Maison de Sciences de l'Homme.